



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 273/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, número SIC em epígrafe, sobre questionamentos relativos à demora em procedimento administrativo.
2. A fundação informou que os alunos foram comunicados da data do resultado, bem como orientados sobre o procedimento para dispensa das disciplinas. O posicionamento foi reiterado em sede de recurso hierárquico. Inconformada, a interessada interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do caso concreto permite concluir que o ente demandado prestou adequadamente os esclarecimentos cabíveis, não havendo negativa de acesso à informação. Com efeito, indicou as providências no âmbito de suas atribuições, acrescentando que o resultado seria divulgado em data futura, conforme prescreve o artigo 11, §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011.
4. As razões recursais invocadas pela interessada extrapolam o escopo do pedido de acesso à informação, envolvendo consulta sobre procedimento a ser adotado caso não obtenha êxito no procedimento de reaproveitamento realizado. Com efeito, o questionamento realizado enquadra-se perfeitamente na definição de “consulta”, conforme expresso pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: “situação na qual o cidadão deseja receber do Poder Público um pronunciamento sobre uma condição hipotética ou concreta”.¹
5. Necessário reconhecer que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho adequado para a formulação de consultas, tendo antes, por objetivo, assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração, conforme as definições do artigo 4.º, incisos I e II, da Lei nº 12.527/2011: “I -

¹ MTFC – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal. 2ª Edição, Brasília, 2016. Págs. 16-17. A propósito, esclarece a publicação do ministério: “Atualmente, consultas não são aceitas como pedidos de acesso à informação quando o órgão não tenha realizado a análise de um caso semelhante e sobre ele produzido um documento, por exemplo, um parecer.

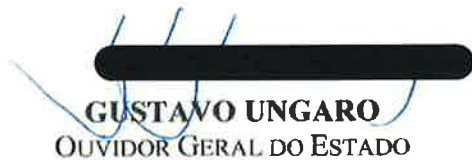


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato". No mesmo sentido o posicionamento externado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle: "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

6. Ante o exposto, considerando que o pedido formulado extrapola o escopo da Lei de Acesso à Informação, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fulcro nos artigos 4º, I e II, e 11, *caput*, da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 28 de setembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO